



Diário Económico

05-09-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 18714

Temática: Política

Dimensão: 206

Imagem: S/Cor

Página (s): 20

BLOGOSFERA À ESQUERDA
A Constituição é um travão
à reforma do Estado?



Revanchismo

Luís Bernardo

Polítólogo

Nas últimas semanas, a Constituição da República Portuguesa voltou a estar na berlinda. Aparentemente, a espinha dorsal da democracia portuguesa, que especifica os direitos, liberdades e garantias do único Estado de Direito democrático que o país conheceu enquanto formação política, é um entrave a reformas estruturais necessárias à saúde da economia e à criação de emprego. De acordo com a seita neoliberal que domina a produção de políticas públicas, nos termos da escritura sagrada a que dão o nome de Memorando de Entendimento, a Constituição impede a equiparação necessária entre sector público e sector privado, impede a reconfiguração do regime de garantias sociais e impede os decisores políticos de tomarem decisões favoráveis à "recuperação" e ao "crescimento". Porquê? Porque, dizem os membros da seita, a Constituição é ideológica, datada e inflexível. E é isso que a torna um travão à reforma do Estado.

Na verdade, apodar a Constituição de "ideológica" é uma tautologia. Todas as leis fundamentais expressam preferências políticas colectivas. Se fosse um manual de instruções, não seria uma Constituição política. Quanto a ser datada, essa mistificação só pode ser mantida a coberto da má fé de quem beneficia dela: a Constituição foi revista sete vezes e, ainda que os trabalhos da Comissão Eventual para a Oitava Revisão tenham sido suspensos em 2011, não foram abandonados. Finalmente, a Constituição da República não é inflexível. É um documento vivo que suportou as maiores transformações políticas de quarenta anos de democracia, incluindo a adesão à Comunidade Europeia e um conjunto alargado de reformas que demonstra a compatibilidade entre a Constituição e a maior parte das mudanças entendidas como necessárias e desejáveis na estrutura do Estado.

O verdadeiro travão à transformação do Estado projectada pelo Governo não é a Constituição da República. É a inaplicabilidade empírica dessa transformação e a sua incompatibilidade com o primado da lei. Talvez seja essa a razão pela qual o primeiro-ministro abusa da sua posição e pressiona os juízes do Tribunal Constitucional: sabe que as suas propostas não são compatíveis com a vontade colectiva expressa na Constituição. Até pode tornar-se menos discreto na sanha revanchista, mas as instituições da República, até ver, estão aí. ■

O verdadeiro travão à transformação do Estado é a inaplicabilidade empírica dessa transformação e a sua incompatibilidade com o primado da lei.